

## RELATO

### Um antropólogo brasileiro na Guiné-Bissau\*

#### Rodrigo Penna Firme<sup>i</sup>

Professor do Departamento de Geografia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

#### Joana Roque de Pinho<sup>ii</sup>

Professora do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP)  
Universidade de Lisboa (UL)  
Pesquisadora do Natural Resource Ecology Laboratory  
Colorado State University

Por volta de junho de 2012 fui contatado por Joana Roque de Pinho, uma amiga e pesquisadora Portuguesa, sobre meu interesse em participar de uma potencial pesquisa de campo, no ano seguinte, em Guiné-Bissau, país da África Ocidental. Digo potencial, porque até aquele momento, a proposta da minha inclusão na equipa em substituição de outro investigador havia sido enviada sem resposta para o órgão governamental de fomento à pesquisa de Portugal (Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT), que equivale mais ou menos ao nosso CNPq no Brasil. A real possibilidade de ir para a África pela primeira vez e contribuir em um projeto internacional e multidisciplinar denominado “Impacto das alterações climáticas: um estudo com fotografia participativa no Parque Nacional de Cantanhez”, logo me pareceu imperdível. Mesmo antes da aceitação da FCT eu já havia decidido que partiria para mais uma aventura acadêmica e pessoal. Em primeiro lugar, a pesquisa combinava temas que eu já vinha investigando no Brasil. Em segundo lugar, porque era a oportunidade de aprender, em um contexto completamente novo, um método de pesquisa participativa conhecido na literatura internacional como Photovoice, ou fotografia participativa. A abordagem do projecto integra

<sup>i</sup> *Correspondência:* Rua Marquês de São Vicente, nº 225, sl. F-401. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

*E-mail:*

[rodrigopennafirme@puc-rio.com.br](mailto:rodrigopennafirme@puc-rio.com.br)

<sup>ii</sup> *E-mail:*

[roquedepinho.joana@gmail.com](mailto:roquedepinho.joana@gmail.com)

perspectivas da Antropologia Cultural (Visual, Cognitiva e Ambiental) por meio de uma combinação de teorias, assim como de metodologias como observação participante, entrevistas e narrativas sobre fotografias tiradas por colaboradores locais a quem iríamos oferecer formação em fotografia.

Desde o dia que recebi o convite até o meu aceite formal, contando toda burocracia envolvida no processo, alguns meses se passaram. Antes de relatar algumas das experiências de campo em Guiné-Bissau, vou contar um pouco dos bastidores da preparação para a expedição. Durante meses, diálogo preparatório foi mantido por Skype e por meio da troca de dezenas de e-mail. Aqui pretendo narrar de forma sintética parte dessa longa conversa, mantida entre mim, a coordenadora do projeto (Joana) e o fotógrafo Brasileiro. Este último infelizmente acabou não participando da expedição, sendo substituído por outro colega português. Meu objetivo é compartilhar um pouco da apreensão, das dúvidas práticas e teóricas e notadamente da dificuldade logística que antecedem uma expedição dessa magnitude. Essa narrativa com base em conversas por e-mail ilustra uma série de questões sobre ética no campo, sobre ideologias subjacentes à construção de sujeitos/objetos de pesquisa, que em geral não são trazidos à tona de forma reflexiva em trabalhos acadêmicos. Não pretendo analisar essas questões, mas apenas indicar, numa espécie de exercício de metanarrativa ou metadisciplina, a importância de buscarmos entender melhor as nossas próprias motivações e o difícil ofício de ser pesquisador social.

Acredito que essa narrativa dê um pouco do tom da aventura ao desconhecido, algo que sempre moveu, em maior ou menor grau, a pesquisa acadêmico-científica, como também a descoberta simultânea de nós mesmos (como indivíduos e cultura) por meio da alteridade, ou seja, da interação direta com o outro, o que constitui a essência de toda a abordagem antropológica.

### **Os preparativos para a expedição**

Mesmo após aceitarmos o convite, tanto eu como o amigo fotógrafo brasileiro ficamos um pouco assustados com a ideia de permanecer no país. Desde abril de 2012, o país possuía um governo ilegítimo, não reconhecido pela comunidade

internacional depois de um golpe de estado liderado não se sabe bem por quem. Os militares não estavam no poder (embora, não oficialmente, uma parte do exército estava por traz, mas isso não era oficial). NO momento que escrevo esse relato, o país retomou o processo democrático e elegeu sue mais novo presidente.

Tal situação, de acordo com certos analistas, colocava o país sob certo risco de conflito armado (diria moderado). Além dessa delicada e perigosa situação, o país estava passando por mais um surto de cólera. A nossa esperança era o fato de que permaneceríamos em uma zona distante das áreas urbanas e que estaríamos, em princípio, também distantes dos principais focos da doença. Além do mais, ficaríamos no país durante a época seca, o que diminui drasticamente a dispersão da doença por reduzir a contaminação dos corpos hídricos de onde as pessoas tiram a água para o consumo diário.

Pode parecer insensatez, mas a potencial guerra assustava muito menos do que a cólera em si. Afinal, precisaríamos tomar banho, beber água e nos alimentar todos os dias. Sobre a potencial guerra, conforme coloquei, acreditamos também que nada aconteceria, com base na história do país, que indicava, apesar de múltiplos golpes de estado, não haver conflito armado significativo desde os tempos de guerra de libertação de Portugal liderada por Amílcar Cabral entre os anos de 1963 e 1974 e a mais recente guerra civil (1998-99).

Essa preocupações, dentre outras, foram centrais na tomada de decisão de como proceder ao chegar no país e como nos manter fora de risco. O que fazer? Como se adaptar? Como conciliar as demandas de pesquisa com a situação adversa que se colocava a nossa frente? Quais as estratégias adotar? Na conversa que reproduzo parcialmente abaixo, em forma de narrativa, essas preocupações e boa parte dos principais aspectos da logística são levantados. Escrevi para a coordenadora dizendo o seguinte:

“Querida Joana, parte do que escrevo é fruto de uma conversa longa que tive com o Cláudio (fotógrafo Brasileiro). É sempre bom repetir que estamos muito entusiasmados com a pesquisa na Guiné-Bissau. Acreditamos nos objetivos do projeto e nos seus desdobramentos (...). Porém, agora que somos a equipe Portugal-Brasil na Guiné-Bissau, gostaria tirar umas dúvidas que permanecem e, falar hones-

tamente sobre alguns receios que ainda permecem desde nossa última conversa por skype.

Conversei com Cláudio sobre uma frase muito repetida por nós três nas últimas conferências por skype: “tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Ando me perguntando e perguntando a ele: será? Entendo que há de sua parte como coordenadora e com ampla experiência na Africa certa preocupação conosco, com nossa não experiência na Africa. Sei que tudo que você falou foi com a melhor das intenções, ou seja, de nos informar sobre o que poderemos encontrar pela frente, digamos assim. Sei que é um pouco como uma entrevista (legítima) para avaliar se estamos aparentemente, pelo menos, preparados para esse tipo de situação de campo.

Aqui eu respondo por mim e digo que sim. Que estamos preparados do ponto de vista técnico, emocional e intelectual. Porém, acho que não estávamos preparados para saber que colocaríamos nossa saúde em risco, pela situação do local, ainda desconhecida para nós. Ficamos preocupados com as condições gerais de trabalho e gostaria de conversar mais sobre elas. Além da nossa saúde em si, qualquer doença tropical poderia colocar todo o trabalho de campo em risco. Fiquei meio assuatado quando você relatou com certa naturalidade que ficou doente durante e após sua última estadia na Guiné-Bissau.

Também precisamos repensar nas condições de campo além das doenças. O Cláudio, por exemplo, já sabe que vai sentir dores nas costas pelo simples fato de ter de dormir em cama diferente (se é que vai ter cama) e, pelo trabalho físico exigido pela fotografia em si. Ele vai tomar as precauções para tentar aliviar as dores, o que inclui fazer alongamentos diários. Eu também penso que precisarei fazer exercícios para não sofrer com dores nos joelhos. Estamos todos em maior ou menor grau ficando velhos!

Parece piada, mas não é. Exercitar (ou tentar) já causou estranhamento tanto para ele como para mim, durante trabalhos de campo mais longos em outras comunidades mesmo no Brasil. É preciso sensibilidade e conhecimento cultural de onde se está para até mesmo sabermos se existem e quais são as proibições sobre essas práticas. E como antropólogos sabemos que elas não são escritas em planas de sinalização e muitas vezes também não são ditas da forma como estamos

culturalmente “programados” para ouvir. Em outras palavras, não dá para chegar numa comunidade rural na África achando que vai poder ficar embaixo de uma árvore fazendo yoga. Para dizer o óbvio, aquela árvore ou lugar pode ser sagrado, ou seu uso e valor ser regulado por cosmologias que não fazemos ideia.

Tudo isso é importante, mas o que preocupa é que na Guiné-Bissau seremos como bebês recém-nascidos, em uma cultura nova e num ambiente biologicamente adverso. A diferença é que adaptação cultural demora, não mata, mas biologicamente, como você sabe bem, o buraco pode ser mais embaixo. Por exemplo, com tudo que você já disse, como manteremos padrão de higiene similar ao que estamos acostumados? Sabemos também de antemão que cada cultura desenvolveu seus próprios caminhos, seus meios de fazer tudo isso, porém isso não impede que tenhamos algumas dificuldades em fazer do nosso jeito, ou saber como fazer do deles.

Acima de tudo, nos chama atenção ainda não termos a certeza de que a água não terá cólera, hepatite etc. Sim, falalidades estão aí, por isso tomaremos uma bateria de vacinas e tantas outras precauções. O que não podemos aceitar é sair daqui do Brasil sabendo que a chance de contrair um parasita perigoso é quase certa. Sabemos que há meios de evitar isso, do contrário não haveria europeus e americanos a viver e trabalhar nessas áreas. Bem, consideramos que viajar para uma área remota em pleno surto seja quase suicídio. Ou não? Para mim seria como pular com um para-quedas supostamente dobrado por alguém que você nem conhece. Perguntamos: continuando o surto de cólera, até que ponto devemos seguir com esse trabalho nessa data? Haveria uma alternativa, um Plano B? Plano de não ir agora, plano de escape se formos mesmo assim? Precisamos sair da Guiné-Bissau melhores, ou no mínimo iguais a como entramos no campo.

Querer não passar por esses riscos não é luxo. Sim, usaremos mosquiteiro, repelente, tomaremos muitas vacinas, levaremos muitos remédios, tudo isso e muito mais. Viva a modernidade que cabe no bolso! Digo mais, temos a certeza, mesmo sem conhecer esse povo, que eles mesmos gostariam de ter acesso a tudo isso que levaremos na mala. Como você mesmo contou sobre os Maasai no Quênia e vemos situações similares no Brasil em outros países, eles não trocam seus gados por motocicletas? Bem, eles não estão sozinhos no mundo. Nesse sentido, pergun-

tamos: por que não levarmos ou prepararmos nossa própria comida? Isso vai nos livrar de muitos riscos. Claro que como antropólogos sabemos que precisamos ceder, participar da vida de outra cultura pela boca também, isso faz parte do processo de aceitação mútua. Você nos disse que eles evitam contaminações porque preparam tudo com muito fogo, tudo bem quente e fresco, mas mesmo assim, ficamos sempre pensando... Como você disse, a comida deles deve ser muito boa, como a de qualquer lugar (será?). Tem sempre a comida boa e a ruim, certo? A contaminada e a não contaminada. É claro que queremos “experimentar a cultura pela boca”, mas dentro de certos limites, pois a boca é o que mais mata no mundo. Mata os gordos do coração e os magros de infecção! Comer no mesmo prato com as mãos com pessoas que não lavam as mãos não parece meio arriscado? Acho que é risco demais. Sou nascido e criado no Rio de Janeiro e não sou maluco de comer comidas de barraquinhas nas ruas!

Outra questão: por que há a possibilidade de não dormirmos na mesma casa? Por que não ficamos juntos, até por uma questão de logística? Na mesma casa trocaremos experiência diária, falaremos das pessoas que estão no projeto de forma privada e discreta. Vivendo juntos a maior parte do tempo também permitirá que os locais/nativos façam a mesma coisa: que falem sobre nós, que decidam sozinhos, que não tenham que ficar tomando conta de algum de nós.

Ah! E não podemos esquecer que você mencionou que em alguns casos haveria a possibilidade de um estranho dividir a cama com um de nós. Um visitante repentino na casa onde estivermos. Dormir com uma pessoa estranha é muito difícil. Prefiro dormir no chão duro e frio. Seria horrível e arriscado, afinal vai que ele/ela levanta no meio da noite e os mosquitos entram (...) sem falar que esta vivência, desnecessária, inviabilizaria descansar bem e ficar preparado para acordar com disposição para trabalhar no dia seguinte. Eu e Cláudio até dividiríamos a cama por alguns dias, se fosse extremamente necessário, mas mesmo assim seria muito ruim.

Voltando para a alimentação, acho que, por exemplo, nós negarmos certas comidas seria algo normal. Ou não? Aqui no Brasil tem gente que fica chateado se você recusar um quitute. Você fica constrangido de dizer não. Aqui o sujeito não tem o direito de ficar na dieta! Vejamos ao caso, imaginando nós lá na Guiné-

Bissau. Eu poderia oferecer uma barra de cereais ou um simples e delicioso pedaço de chocolate para os locais e, eles por sua vez poderiam virar a cara, demonstrar nojo, medo, ou outro sentimento (apesar de que duvido que neguem um chocolatinho!).

Por que imaginar que eles poderim recusar meu chocolate seria algo ruim? A questão da cultura, mais especificamente, de até onde geramos impacto, e até que ponto isso seria ruim é bem complexa. Não é sobre isso também que a nossa “disciplina mãe”, a antropologia tem acumulado, entendido? Acho que devemos agir naturalmente, respeitando os limites da cultura deles (onde estaremos inseridos), jamais fazer algo que seja ofensivo e proibido. Isso é óbvio para nós. Mas, somos e temos que aceitar que seremos pelo menos inicialmente como ETs, seres de outro planeta.

Acredito que não precisaremos esconder esse fato, pelo contrário, ficaremos nós com o “orgulho” da nossa cultura (brasileiros e portugueses) e eles com orgulho da cultura deles. Apenas buscaremos a convivência da melhor maneira possível. Eles “Guinébissêtricos” e nós Eurocêntricos e Brasileiros! Claro, faço essa caricatura, mas você entende o que eu digo. Estaremos unidos na diferença. Estando no território do outro ser um ET torna-se algo inevitável. Nunca deixei de ser um “estranho” em lugares que vivi e que não era minha casa, seja num quilombo, numa comunidade caiçara ou mesmo nos EUA onde vivi por seis anos! Não é algo nesse sentido que a própria crítica pós-moderna da antropologia nos ensina? Ou seja, o processo de “descolonizar” nossas percepções e relações sociais? Seria possível ser como o “outro”? E se fosse possível, seria necessário ou mesmo útil ser parecido com alguém que não nós mesmos? Comer o que eles comem, viver como eles vivem não seria um pouco essa busca contraditória e até mesmo perigosa em vários sentidos, além da comida e das doenças? Será que ainda teria algum valor a ideia que antes predominou na antropologia de “ver com os olhos do nativo”? Sim, o “afastamento” cognitivo entre a construção do eu e do outro é a base, a origem não apenas das diferenciações étnicas, mas, sobretudo do ponto de vista que temos sobre esse outro imaginado. É necessário o afastamento, o estranhamento para ver o outro “de fora”. Ser de uma dada cultura, sabemos nós, é justamente não ser capaz

de se ver. É o processo de naturalizar o que não tem nada de natural no comportamento humano.

O tempo nos mostrou que apesar do distanciamento ser uma necessidade, a forma de fazê-lo em campo pode ser uma ilusão, uma impossibilidade epistemológica. Por que esconder alguns dos hábitos centrais das nossas culturas, se o que buscamos é exatamente a troca que por sua vez gera confiança mútua, respeito mútuo? Eles aprenderão conosco e nós com eles, simples assim. É assim que tenho vivido e funciona bem em todos os contextos até então experimentados por mim. Acho até que deveríamos tentar depender dos locais o menos possível e vice-versa. Não por orgulho bobo, ou porque acreditamos que sabemos como e o que fazer, mas principalmente porque queremos evitar, como procedemos em outros lugares, de dar trabalho. Traremos máquinas fotográficas, gerador, etc, então por que não deveríamos comer “com segurança”, quando e como acharmos melhor? Afinal, até o ato de ter fome, a quantidade, o lugar e a hora “certa” é resultado da interação indissociável de nossa cultura e biologia (para dizer o mínimo).

Sua dedicação como coordenadora, como pessoa, como pesquisadora. Assim como seu amor por essas pessoas, por esse lugar e país, sua competência e sensibilidade em conjunto é o que nos motivou a participar desse belo projeto, que agora sentimos como nosso também. Temos certeza que essa empreitada será um *turning point* cultural, profissional e espiritual para todos nós, independente das nossas experiências prévias. Repito, estamos fascinados com essa oportunidade de troca, com esse projeto maravilhoso, mas não poderemos participar do mesmo em condições que coloquem nossa saúde e vida em risco.”

A seção seguinte é uma breve compilação da ampla resposta que Joana ofereceu por escritas às nossas principais indagações apresentadas anteriormente. Sua resposta abriu nossos olhos, pois além de fornecer alguns dos elementos que faltavam para nosso melhor entendimento das questões previamente levantadas, foi uma espécie de etnografia em si mesma, mais do que um relato (uma reflexão) daquilo por ela vivido (e não somente daquilo que foi lido) e, também de algumas das experiências e estratégias que tivemos que adotar quando estive no campo. Ela gentilmente respondeu:

“As vossas preocupações são legítimas, em relações aos riscos inerentes de trabalho de campo na Guiné-Bissau. Adicionalmente diria que tive que meter um pouco de medo em você para estarem completamente esclarecidos das coisas. Por isso, agradeço o vosso email com as perguntas e sugestões. Esse processo de escrever essa resposta ajuda a visualizar melhor como deverá ser o nosso trabalho de campo. Eu não tenho receita perfeita, até porque a Guiné é a terra das surpresas e a melhor atitude é a flexibilidade. Mas tenho algumas lições pragmáticas aprendidas no decorrer destes anos a trabalhar em comunidades radicalmente diferentes (Pastores da África do Leste e agricultores da África Ocidental). E ainda bem que vocês falaram nisto tudo. Na verdade, agora me arrependo de ter falado em doenças, achando que vocês pensariam que sou uma hipocondríaca histérica. O que não é o caso.

(...) Eu acho que vocês têm capacidade física e psicológica de se saírem bem na Guiné. Claro que sempre é um país da África Ocidental, com sua carga de parasitas, humidade e calor. É claro que a Guiné-Bissau é um país um pouco surreal, um “narco-estado” como é popularmente conhecida agora, um estado quase falhado que só aparece nas mídias por razões negativas – infelizmente que é infeliz porque existem muitas positivas na Guiné. É verdade que pode ser difícil escapar de ter alguma complicação, seja uma crise de malária ou uma diarreia por intoxicação alimentar (...). Poderíamos ficar horas a falar sobre teorias relacionadas com a malária, o tema de conversa favorito e eterno entre expatriados. A melhor coisa a fazer será seguir as indicações do médico especialista em doenças tropicais aqui de Lisboa, mas idealmente o médico local de Bissau porque são eles que mais percebem do assunto. Também ajuda o facto de nós irmos na época mais seca e com menos mosquitos, portanto menos perigosa. A variedade *falciparum* de malária, que é a mais comum por lá também é a que mais mata se não for logo tratada. Foi a que tive no Quênia. Mas felizmente é fácil tratar. Portanto, a estratégia é tomarem o remédio logo nos primeiros sintomas, que vão desde uma gripe até coisas piores. As outras malárias não matam, mas nos moem; são aquelas que podem reaparecer ciclicamente, essas são mais difíceis de tratar, porém mais raras na Guiné.

Outro assunto importantíssimo que levantam é sobre a água de beber, cozinhar e tomar banho. A casa em que costumava ficar anteriormente dependia de

um poço sem bomba, e sua água estava contaminada. Foi isso que me causou várias infecções no último trabalho de campo que realizamos na região (2011). Reconheço que fomos descuidados sobre isso. Nós tínhamos optado por não levar um milhão de garrafas de plástico de água mineral para Cantanhez. Achamos que seria uma catástrofe ambiental (...). Pois bem, acabamos prejudicando a tabanca (nome que se dá para as aldeias locais, no entanto, algumas tabancas são enormes, do tamanho de pequenas cidades) que contava com as nossas potenciais garrafas para por óleo, mel e outros líquidos. E ainda perdemos oportunidades de trocar as garrafas por comida! Num episódio que ficou célebre, uma amiga pesquisadora ficou sabendo que um “bidon” (como são chamadas as garrafas de água de plástico) valia cinco toranjas (uma espécie de cítrico grande muito apreciado localmente). Crianças pediram a garrafa dela, e sem ela pedir, ela recebeu em troca cinco desses maravilhosos frutos! Também optamos por não desinfetar a água de beber com cloro – (supostamente porque fazia mal – o que não é verdade) nem a água do banho (porque o cloro estraga a pele, acreditávamos). Em vez disso, optamos por mandar ferver a água com as nossas vizinhas (para pouparmos o nosso gás) e filtrar a água num filtro grande de cerâmica. O problema foi que não nos lembramos de controlar o tempo que essa água fervia (...). Portanto, bebíamos água que estava claramente contaminada, originando problemas em vários membros da equipa.

Dessa vez, poderemos levar, além das pastilhas de cloro, purificadores de água com base em raios UV. A grande lição que aprendemos foi (confirmada mais tarde por muita gente) foi de nunca usar água de poço sem bomba. Todas as outras tabancas tem bomba de água, instaladas por ONGs. Ou por missões religiosas. A água sai clarinha, transparente, pois vem lá do fundo. E, portanto não comunica com as “latrinas” mais superficiais, além de terem um filtro incorporado. Por isso selecionei para o nosso projecto uma tabanca que tem bomba. Além disso, Cafal, a tabanca em que ficaremos em Cantanhez, distrito de uma região maior chamada de Tombali, reúne as condições culturais e ecológicas que interessam ao projecto.

Em Cantanhez já conheço as necessidades logísticas e as pessoas, assim como a paisagem, o que já é meio caminho andado. Desenvolvi algumas relações de confiança e conheço relativamente bem à cultura local. Simplesmente nesse proje-

to não haveria tempo para começar do zero numa comunidade diferente, num país diferente (com necessidades burocráticas diferentes também).

Cantanhez tem água doce ótima, “bebedouros” (fontes) de água que brotam do chão da floresta. O problema para nós é que a maioria são locais sagrados onde é absolutamente proibido despir-se ou usar sabão (por razões óbvias de não poluição, mas interpretado localmente como uma proibição espiritual). Na verdade, como são fontes utilizadas pelos animais selvagens, como porcos do mato, gazelas, chimpanzés, búfalos etc... Não convém beber essa água sem tratar.

Além de tudo, relativo à nossa saúde, o tempo que teremos disponível para este projecto é bastante curto (entre um mês, um mês e meio para vocês e uns três, quatro meses para mim).

Ainda bem que vocês falam na questão das dores nas costas. Eu não me teria lembrado de falar nisso, mas foi uma questão importante para alguns de nós em Madina (povoado próximo de Cafal, na região de Tombali) em 2011. As camas lá na casa dos pesquisadores (construída para isso) eram em cimento, com colchões muito ruins de esponja. Passadas semanas vai ficando um buraco terrível para as costas. Dormi sempre melhor em camas nas casas de pessoas locais. Exercício é importante (...). As pessoas em Cantanhez são tolerantes quanto à isso. Pois são mais de dez etnias a conviver juntamente por no mínimo muitas e muitas décadas. Nós, os “Brankus” somos simplesmente considerados mais uma etnia. Portanto, podemos ser esquisitos, as pessoas aceitarão (dentro de limites, claro). Mas sim, é melhor evitar matos sagrados (de qualquer maneira, nós não temos o direito de saber quais são, onde estão. Todo o passeio no “mato grande” /floresta densa húmida sem sermos acompanhados por um “guia” local é proibido).

Em relação à cólera, vejam também o documento anexo da OMS sobre os casos em Tombali. Tombali é a região do sul da qual fazem parte três penínsulas /sectores: Catio, Cubucaré e Cacine. Nós trabalhamos em Cubucare. Todos os nomes de locais no documento referem-se aqueles situados dentro do sector de Catio. Não quer dizer que não existam focos de cólera em Cubucaré! Poder ser o caso de não haver informação. No entanto, como Cubucaré inteira está dentro do Parque Nacional de Cantanhez onde existem missões cristãs e ONGs de desenvolvimento e ambientais (portanto, fontes de informação) se houvesse uma situação mais grave,

já saberíamos, acho eu! Outra coisa. a partir de Janeiro quando formos, é época seca, mais fresca e agradável, quando há água em poços e nas fontes da floresta. Também muita comida (“época da abundância” como dizem os locais) e menos risco de contaminação típica da época das chuvas.

Sempre existe a hipótese de sermos vacinados contra a cólera (foi isso que aconteceu ao passarmos por Lisboa e visitarmos o centro de medicina tropical). Mas o médico que eu vi faz pouco tempo não acha as vacinas necessárias, sendo recomendadas só para quem entra no olho do furacão como pessoas que tratam de doentes durante uma epidemia. Quem não vai estar nesse contexto, como nós, simplesmente tem de ter cuidados básicos com água de banho (não usar água de poço sem bomba), água de beber (tem que filtrar, ferver e/ou desinfetar com raios UV). E sim, cuidado com a comida. Falarei mais sobre isso daqui a pouco.

Para contextualizar a questão da saúde, o que vou fazer é obter um seguro de viagem e plano de saúde para todos os membros da equipa, que inclui repatriação para Portugal e Brasil, em caso de acidente/doença grave. Como expliquei, as opções em termos de cuidados médicos são limitadas, especialmente onde ficaremos. Mas há sempre a hipótese de voar para Dakar, Senegal (1h de avião, vôos diários) e/ou para Lisboa (4h, vôos bisemanais).

Relativamente a comida, na Guiné simplesmente ainda não existe o conceito de comida de rua vendida (só mesmo em Bissau, a capital)... Existe sim a comida que pessoas comendo – isto até nas ruas da capital! – oferecem a quem passa a frente deles, regra de honra da hospitalidade, em vigor pela África ocidental. Em regra, a comida é partilhada, nunca vendida. Só conheço uma tabanca onde é vendida comida preparada, e é lembrar a tabanca onde uma ONG tem bugalows para turistas, e onde portanto as pessoas se familiarizaram com o conceito de comprar e vender comida preparada.

Quando, na minha proposta de projecto a FCT, mencionei a possibilidade de deslocar o trabalho de campo da Guiné-Bissau para Guiné-Conacri em caso de instabilidade política, disse-o exatamente para “apaziguar” potenciais dúvidas que os revisores poderiam levantar relativamente a sustentabilidade do projecto na Guiné. Pois tendo havido um golpe de Estado em Bissau, uns meses antes da submissão da proposta acharam que alguém poderia questionar isso. Mas todos meus

colegas são da opinião que dificilmente problemas na capital atingiriam Cantanhez (que alias recebeu de braços abertos e altruisticamente alimentou milhares de refugiados da guerra civil de 1998-99, saídos de Bissau para as zonas rurais, onde não havia combates).

Sobre a questão de dividir camas, na verdade só quis alertar para isso por que foi uma situação caricata – e rara – que aconteceu com uma antropóloga em Cantanhez, quando ela já estava no fim do seu trabalho de cerca de 8 meses, quando já estava muito cansada,. Houve uma cerimônia gigantesca na tabanca em que ela estava, era o funeral do regulo de Cadique, também conhecido como o Rei dos Nalus (uma das etnias locais, os “donos do chão”). O senhor era uma pessoa com um poder espiritual e político reconhecido além-fronteiras. Por isso vieram pessoas do país inteiro, inclusive ministros de Estado. A tabanca ficou sem espaço e nesse contexto, a pequena cama de solteiro que a antropóloga usava teve de ser compartilhada durante uns dias com um adolescente local! Claro que ela ficou chateada, mas a família com quem ela vivia não tinha alternativa, e ela, por sua vez, menos ainda. Eu vou levar duas tendas (barracas de camping) para duas pessoas cada, caso alguma situação parecida aconteça. Eu já acampeei com uma colega na mesma tabanca durante outra cerimônia importante (o empossamento do novo Rei dos Nalus), fomos super bem acolhidas e tratadas, a nossa tenda não levantou a menor estranheza!

Você tem razão, os nossos hospedes nunca recusariam um chocolatinho ou barra de cereais. Até porque eles partilham sempre qualquer comida que tenham. É a coisa mais bonita de se ver: Uma criança pequena recebe uma bolacha, e aí vem uma criança mais velha que obriga a criança menor a partilhar a bolacha com todas as outras crianças. Mas é pode ser útil levar uma reserva de barras de cereais, bolachas, etc... Para aqueles momentos de fraqueza devidos ao trabalho duro, ao calor. Se não quiserem partilhar com mais umas 20 pessoas, então comam escondido!

Minha família me visitou em Cantanhez em 2011 durante 15 dias e sempre comeram no mesmo prato que todo mundo, com as mãos, e nunca apanharam intoxicação. De qualquer forma, uma alternativa, já que os Guineenses toleram nossas “exquisitices” seria levar pratos e garfos próprios. Também é possível dizerem

que não querem comer certas coisas em certas horas. As pessoas não se ofendem ao contrário dos Maassai com quem trabalhei que exigem que os “visitantes de longa duração” se comportem como eles.

Para finalizar, com tantas outras coisas que poderiam ser ditas, mas não teria como dizer por aqui. Acredito que deveríamos tentar seguir os seguintes princípios em Guiné-Bissau:

Aceitação; ligar o “descomplicador”; ter paciência; acionar o “dream mode switch” quando nada se passa ou tudo está dando errado; deixar as coisas correrem - não remar contra a maré; aceitar que o conceito de tempo local é diferente do nosso; aceitar privacidade e espaço pessoal limitados; aceitar que não vamos estar no topo da nossa forma física e intelectual na maior parte do dia - o mundo fica congelado entre a reza muçulmana do meio-dia e a reza das cinco da tarde ; saber que horários de refeições podem ser aleatórios; ser generoso - porque os Guineenses são pessoas muito generosas; respeitar muito os mais velhos; colaborar; prever negociação constante em tudo (preços principalmente); manter a flexibilidade; confiar - mas não cegamente (por exemplo, se criarmos tentações ao deixarmos nossas coisas expostas, é normal que elas “desapareçam”); aceitar que se conseguirmos 1-2 horas de “trabalho” sólido por dia, esse dia foi productivo; aceitar que tudo requer quase o dobro do tempo/energia/dinheiro previamente planejados; improvisar - o nosso “jeitinho” luso-brasileiro ajuda bastante; não ter altas expectativas, mas lembrar que há sempre boas surpresas; aceitar que por momentos vamos nos sentir cansados, irritados, desconfortáveis; entender que mesmo que doa, teremos que engolir o choro e saber que nos lembraremos de tudo, e que serão momentos que nunca mais se repetirão, e portanto nos tornarão mais fortes - um clichê, mas é verdade; beber muita água; comer o máximo de calorias por dia - comida é comida, não vai dar para estarmos preocupados com dieta e nutrição. Vamos todos perder peso, mesmo comendo muito - os Guineenses adoram arroz, mas eles próprios reconhecem que não fica muito tempo na barriga, e é isso que comemos o tempo todo, arroz no café, almoço e jantar; usar senso comum/não teorizar demais. Enfim, cada um vai descobrindo suas próprias estratégias adaptativas. Essas são algumas que tento levar comigo.

## A chegada em Cafal

Antes de partirmos para uma descrição mais detalhada das minhas impressões sobre o trabalho de campo na região de Tombalí, deixe-me relatar um pouco sobre o contexto de chegada em Guiné-Bissau. Partido de Lisboa (Portugal) embarquei num avião para Dakar (Senegal). Normalmente isso teria sido um voo direto de quatro horas entre Lisboa e Bissau, porém devido a episódios diplomáticos envolvendo a empresa de aviação TAP e uns 70 passageiros da Síria que embarcaram em Bissau com documentos falsificados numa tentativa de chegar a Europa, fugindo da guerra Na Síria, todos os voos de Portugal para Guiné-Bissau foram cancelados. Para chegar a Bissau, tivemos que entrar via Dakar (Senegal), o que foi um capítulo à parte! O voo de Dakar para Bissau levou cerca de duas horas. Do alto, tive o privilégio de vislumbrar a belíssima paisagem que conecta o Senegal e a Guiné-Bissau, margeando a face ocidental do Oceano Atlântico. A paisagem era dominada por manguezais que pareciam não ter fim, entremeados de mosaicos florestais e bolanhas (plantações de arroz no próprio manguezal). Deslumbrante! Sentia que sobrevoava uma região de beleza e riqueza inestimáveis, especialmente porque indicava claramente a construção de paisagens culturais, onde a técnica (ou cultura como preferem antropólogos) modelou e foi em parte modificada pelo ambiente físico-ecológico.

Ao pousar em Bissau, logo percebi que o aeroporto era bem pequeno, lembrando algumas rodoviárias do interior do Brasil. Para se ter uma ideia, a pista onde descemos do avião era quase toda de terra batida. Também veio à mente as nítidas lembranças da primeira vez que cheguei aos Estados Unidos, com a finalidade de iniciar um doutorado em Antropologia. A estrutura do aeroporto de Bissau sinalizava as condições gerais de boa parte do país, também remetendo meus pensamentos à antiga, mas ainda atual pergunta: O que é desenvolvimento?

Ao passar pelo controle alfandegário no aeroporto de Bissau, tivemos nossas malas vistoriadas, pois trazíamos muitos equipamentos, como por exemplo, cerca de 30 máquinas fotográficas que seriam usadas diariamente no projeto de fotografia participativa em Cafal. Recebemos a notícia ali mesmo de que precisaríamos pagar uma espécie de “entrada” no país. Mais uma lembrança do meu país! Em se-

guida, fomos recebidos pelo motorista do hotel onde ficaríamos inicialmente por uns 6-7 dias. Durante esse tempo realizaríamos múltiplas tarefas, como por exemplo, comprar mantimentos, alugar um veículo de campo em que coubesse todo o equipamento (malas pessoais, gerador de energia, painel solar, alimentos, dentre outros itens) e que alojasse cinco membros da equipe, fora o motorista, para uma viagem de seis horas em estrada de terra. Além disso, utilizaríamos o tempo em Bissau para contatar já conhecidos guias locais e intérpretes do Criolo (e outras línguas locais) para o Português, assim como para decidirmos onde exatamente ficar (qual casa e de qual tabanca), e por quanto tempo. O trabalho de campo, ainda na cidade, também envolveu a busca de materiais (documentos, mapas, etc.), e principalmente, conversas com pessoas chave de instituições ligadas aos programas de desenvolvimento e conservação existentes na área de estudo, apresentando o projeto e obtendo nossas “ordens de missão” junto do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP), organismo que gere as áreas protegidas da Guiné-Bissau.

A estadia em Bissau demorou mais do que o previsto. Uma das razões foi que, apesar de todo nosso cuidado com a saúde, Joana contraiu malária, assim que chegou na capital. Nessas condições, seria extremamente arriscado prosseguirmos para nosso próximo destino. Permanecemos na cidade por cerca de 20 dias. Esse período revelou-se importante, ao menos para mim, pois pude por meio de pessoas chave, escutar muitas histórias, fazer amizades, e refletir melhor sobre o estado das coisas no que se refere aos problemas de conservação da natureza e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico do país e do mundo.

Guiné-Bissau, não é de hoje, tornou-se uma espécie de “paraíso” dos antropólogos e dos biólogos da conservação. Os primeiros sempre ficaram perplexos com o fato de cerca de 30 etnias (línguas, cosmovisões da natureza, formas de organização social, etc.) coexistirem sem que o país tivesse caído em tribalismos ou guerras “étnicas”. Biólogos da conservação, por outro lado, parecem ter uma preocupação crescente em relação a capacidade dessas mesmas etnias (e líderes políticos), em conflito ou não, serem capazes de salvaguardar os recursos naturais que ainda existem em abundância para as próximas gerações.

Essas questões são bem mais complexas do que sou capaz de explicar aqui, além do mais, não é esse o objetivo do presente relato de viagem. No entanto, ob-

servando a cidade mais de perto, percebi um fenômeno curioso que jamais tinha testemunhado em outro lugar. Há um número visivelmente grande de pessoas de ONGs internacionais, instituições multilaterais (ex. ONU e seus múltiplos programas) e governos do mundo inteiro rondando pelas ruas da capital, frequentando os bons restaurantes e andando em seus carros confortáveis, estampados com bandeiras nacionais (ex. Ministério de Pesca e Agricultura da Coreia) e mostrando os emblemas das instituições que representam.

O que tudo isso indica? Não pretendo elaborar uma resposta completa, mas apenas tecer breves comentários sobre essa constatação. Colocado de forma simples, no meu modo de entender, tal fenômeno indica a infiltração massiva de interesses do capital internacional, mais precisamente de países asiáticos, europeus e dos Estados Unidos que buscam controlar novos territórios, com vistas a ampliar acessos a recursos naturais estratégicos e crescentemente escassos, como água potável, minérios, madeiras nobres, plantas medicinais, e recursos pesqueiros. Cabe notar que Angola, ex-colônia de Portugal também está entrando fortemente nesse processo, o que coloca novas questões sobre colonialismo e neocolonialismo. O objetivo principal que move essa nova forma de imperialismo ou neocolonialismo é padronizar novas regras de governança global sobre recursos naturais - ainda relativamente abundantes em países em desenvolvimento, como Guiné-Bissau desde há muito conhecida pela riqueza da sua biodiversidade, por meio de alianças políticas e econômicas com elites locais e governos corruptos, sem que seja necessário lançar mão de forças militares.

Guiné-Bissau, um país que vive mergulhado em crises políticas e dilapidado por uma pobreza generalizada (se entendida por critérios de renda), deveria ser observado não apenas como o “paraíso” disso ou daquilo (visão ingênua e perigosa), mas como um mesocosmo de uma ecologia política global do desenvolvimento (in)sustentável. Guiné-Bissau pode ser entendida (mesmo que parcialmente) como um dos mais recentes laboratórios ou experimento de conservação da natureza de orientação neoliberal.

Voltando ao trabalho de campo em si, após a longa viagem de aproximadamente sete horas de carro a partir de Bissau, finalmente chegamos ao nosso destino final, no Parque Nacional de Cantanhez: a Tabanca de Cafal. Antes de prosseguir-

mos, uma breve explicação sobre a localização de Bissau em relação ao país e ao nosso destino final. Bissau fica próximo ao litoral, no lado leste do delta do rio Geba, como já descrito, em uma zona dominada por manguezais que cobrem 8% do país. No começo da viagem, ainda próximos da zona mais densamente ocupada e urbanizada (nos arredores da cidade) a estrada era asfaltada. Nesse percurso, avistei muitas mulheres adultas, com seus lindos trajes coloridas e turbantes (elas levam quase tudo equilibrando em cima da cabeça), vendendo laranjas, castanhas, peixes e outros produtos em pequenas barracas ao longo das estradas principais. Essa é cena comum na cidade de Bissau.

Na medida em que penetrávamos o continente, nos afastando do delta do rio e da cidade, entramos em uma zona de terra firme, uma transição entre florestas tropicais húmidas e semiúmidas. Zona que dava lugar, em pequenas extensões, a formações de savanas, conhecidas localmente como lalas (as lalas são savanas húmidas/sazonalmente alagadas, com capim mais alto) e savanas. Após umas duas horas de estrada, o cenário mudou radicalmente. O caminho agora era de terra batida, com trechos esburacados, erodidos, e rodeados da paisagem que admirei do avião. No entanto, olhando pela janela do carro a imagem e a sensação eram outras. O cenário ficou mais monótono, não era tão belo e atraente como aquele visto de cima. Penetrávamos em uma zona rural, povoada por vilas dispersas e muitas vezes um pouco escondidas no mato (na verdade, desde o fim da guerra colonial que as tabancas mudaram de lugar, na maioria tentando aproximarem-se de estradas). “Selvagem” sim, em alguns aspectos. Nessa perspectiva, eu já não mais distinguia com tanta facilidade manguezais de florestas, arrozais de savanas. Era difícil ver. Para minha surpresa, boa parte do que identifiquei como florestas durante o voo tratava-se, na realidade, de extensas plantações de caju, entremeadas de florestas remanescentes em diferentes estágios de regeneração (as florestas de Cantanez são consideradas “densas e sub-húmidas”, as mais setentrionais do continente africano) e roças ativas ou recentemente abandonadas, provavelmente em pousio e recuperação do solo. Cabe ressaltar que estava ali, diante dos meus olhos, o resultado socioambiental de um projeto iniciado nos anos 80 e financiado pelo Banco Mundial que tentou transformar a Guiné-Bissau num dos maiores produtores e

exportadores de castanha de caju do mundo (ocupando o quarto lugar mundial atualmente)

Durante todo o percurso, umas quatro horas em estradas de terra batida, cruzamos com não mais do que quatro ou cinco veículos particulares. Sendo que desses, provavelmente uns três pertenciam a projetos de ONGs de desenvolvimento e igrejas (católica e evangélica) que mantêm projetos sociais na região. Em uma região onde não há energia elétrica, hospitais, redes de água ou esgoto, transporte público de espécie alguma, ou seja, quase nada que nos remeta a ideia de modernidade (apesar do número enorme de pessoas com telefones móveis), era de se esperar que a população não tivesse acesso a veículos motorizados particulares. As bicicletas são relativamente comuns, e as motocicletas cada vez mais, compradas com receita do caju.

Pela janela do carro, avistei muitas casas sempre agrupadas em pequenos povoados (tabancas), nunca sozinhas e isoladas umas das outras. A maioria das tabancas, de diversas etnias, era constituída de cerca de 10-30 casas (moranças). Quase todas as moradias compartilhavam características básicas. Eram muito similares do ponto de vista arquitetural entre si: Teto baixo, pequenas, umas circulares - construídas em camadas concêntricas como uma garrafa térmica, no estilo indígena Brasileiro. Outras eram quadradas ou retangulares – como vemos por todo Brasil e em comunidade tradicionais, como é o caso de algumas comunidades quilombolas e caiçaras da Mata Atlântica. Quase todas as casas eram feitas com grandes tijolos de barro vermelho (blocos como dizem por lá) feito localmente, ou de uma mistura de barro com madeiras e ripas, no estilo das casas de estuque Brasileiras. Quase sempre eram cobertas com palhas, feita de uma espécie de capim obtida das savanas abertas conhecidas localmente como lalas. Quase todas as casas possuem varanda corrida (nos quatro lados das casas), que é uma adaptação para baixar a temperatura e criar espaços de socialização (que não é pouca!). Algumas casas têm telhado de zinco, porque, dentre algumas razões, poupa o trabalho de recolher palha de lala para cobertura anual antes da época das chuvas. Na região do nosso estudo, o parque nacional de Cantanhez restringe a coleta de palha de lala por razões preservacionistas.

Ao longo do longo caminho para Cafal, e mais tarde em outras ocasiões quando visitava outras tabancas, vivenciei uma situação inusitada e reveladora (pelo menos para mim). A reação das muitas crianças que encontrávamos pelo caminho era gritar, como num frenesim de alegria e estranhamento, “Fotê, Fotê!”, que quer dizer branco em Fula, uma das línguas locais mais faladas na região. Joana já havia comentado sobre isso, dizendo que era algo normal, sem conotação pejorativa ou preconceituosa por parte dos locais. Em outras ocasiões, quando cheguei a pé ou de bicicleta em certas tabancas mais isoladas, crianças menores de 4-5 choravam com minha presença, fugiam de medo, provavelmente por nunca terem visto alguém branco. E não sou tão branco assim! Outras vezes, mas nem sempre, adolescentes aproximavam-se curiosos, querendo tocar na minha pele, talvez para descobrir se de fato eu possuísse uma! Bem, o fato é que ser chamado de “Branku” não pode ser explicado apenas pela cor da pele. Joana relatou um caso de um amigo negro que por estar de bicicleta (bem incrementada) e vestido como acidentais, foi chamado de “Branku” diversas vezes em diferentes localidades da África Ocidental.

Ao chegarmos a Cafal, fomos recebidos com certa apreensão e curiosidade. Eu também estava feliz e ansioso. Joana já estava relativamente bem ambientada, assim como dois outros membros da equipe, cujo contato com Guineenses de algumas etnias não era exatamente uma novidade. Já conheciam Guiné-Bissau, apesar de não terem estado nessa tabanca. Imediatamente começaram as negociações para decidirmos o local e preço da nossa estadia. Por meio de contatos já antigos, mas ampliados durante nossa estadia em Bissau, nos foi oferecida uma casa que havia sido construída por um projeto de uma ONG visando fortalecer um grupo de mulheres locais. Após negociações entre eles e elas, entre eles, elas e nós, decidiu-se que esse seria o lugar mais adequado e viável para nossa estadia naquela tabanca. Todas essas negociações, assim como as histórias institucionais e individuais das pessoas envolvidas, e notadamente, os discursos sobre desenvolvimento por trás da construção do projeto e da casa em si mereceriam um capítulo à parte. Mas ficaremos por aqui. Após um mutirão de dois dias (com dois sacos de cimento financiados pelo projeto), a casa foi reformada e readaptada para abrigar todo nosso material e os cinco membros da equipe. Diferente da maior parte das casas nativas da tabanca de Cafal (feitas de barro, madeira e palha), nossa moradia tinha sido

construída com tijolos, com um tipo de cimento, e seu teto era coberto por placas de zinco, o que tornava o ambiente muito quente. O próprio fato da casa destoar de todas as outras, já indicava que havia por ali, como em outros lugares do mundo, um descompasso entre conhecimentos adaptativos locais ao clima/geografia e os modelos civilizatórios inculcados por meio de projetos de ONGs de “desenvolvimento”.

Quase todas as atividades subsequentes do projeto, ligadas diretamente ao Photovoice (grupos focais, oficinas de fotografia, reuniões com todos os participantes) foram conduzidas em frente da casa (embaixo de uma árvore plantada pela mesma ONG, considerada a melhor sombra da tabanca), ou dentro da cozinha da casa - quando os grupos eram menores, como foi o caso de partes do mapeamento participativo que vou narrar brevemente na próxima parte do relato. Boa parte da dificuldade em mantermos um grau maior de privacidade deu-se pelo fato de que por necessidade logística, a cozinha muitas vezes serviu de “sala de aula” interativa. Além disso, os fotógrafos locais, treinados por nós, precisavam constantemente vir até a casa (onde ficávamos boa parte do tempo), seja para recarregar a pilha de suas máquinas ou simplesmente para bater papo - algo que foi difícil para mim, pois não falo Criolo/Kriol nem as línguas locais específicas de cada etnia, assim como eles não falam português, com raras exceções. O nosso amigo, guia e intérprete local não poderia, de fato, dar conta de todas essas demandas.

Para entender o fato de que ficamos quase que o tempo todo rodeados dos fotógrafos e outras pessoas da tabanca, não podemos descartar a curiosidade mútua que esse tipo de encontro gera. Conforme vou relatar, com um pouco mais de detalhes, a nossa presença, e em certa medida, o processo do Photovoice em si abriram a possibilidade real de que nós deixássemos de ser os observadores, para passarmos a ser coparticipantes, e mais do que isso, que fôssemos transformados em sujeitos da investigação e da curiosidade dos fotógrafos locais. Uma vez com as máquinas em punho, foi incrível perceber (e se sentir observado na condição de sujeito da curiosidade e pesquisa do outro) a quantidade de vezes que notei alguém tirando fotos de mim, de forma mais ou menos disfarçada. O estranhamento provocado pelo encontro de culturas muito diferentes gerou tanto neles quando em nós uma vontade incontrolável de registrar eternamente aquele momento mágico!

## O mapeamento participativo

Uma vez alojados e com os equipamentos em ordem iniciamos o projeto em Cafal. A primeira tarefa seria dar conhecimento de nossa chegada às pessoas da tabanca. Bem, na realidade, isso não era necessário, uma vez que a notícia espalhou-se rapidamente, e por si só, com a presença de “Brankus” abarrotados de equipamentos, que por sua vez poderiam ser ainda mais atrativos do que nós mesmos. Para concretizar o ato de apresentarmos o projeto e a nós mesmos, era preciso saber chegar, criar e manter uma boa primeira impressão. Um contato que fosse verdadeiro, espontâneo, mas sem abandonar cuidados especiais (todas aquelas estratégias comentadas na primeira parte desse relato). De uma certa maneira, também foi necessário “prestar satisfação”, explicando a cada encontro individual ou em grupo, as razões que nos traziam de tão longe para aquele lugar. A segunda tarefa, que acompanhava a primeira, era a de convidar os potenciais fotógrafos do projeto, aquelas pessoas que seriam treinadas no uso e manutenção de máquinas fotográficas simples (maioria digital e automática, todas doadas por voluntários portugueses, brasileiros e americanos nos meses anteriores ao início do projeto), além de serem introduzidos na arte de fotografar em si, isto com o objetivo de se tornarem co-investigadores neste projeto. Anunciamos também que ao final do projeto, a máquina ficaria com o fotógrafo. Mas afinal, qual seria o grau de interesse em participar do projeto? A resposta mais simples e direta que posso oferecer aqui é: Houve uma enorme receptividade da maioria e, ao menos, certa curiosidade de uma minoria. Acreditamos que a doação de máquinas foi um grande incentivo inicial, mas ela por si só não explica (como veremos em parte) a permanência de todos que decidiram participar.

É importante dizer que, por se tratar de uma metodologia participativa, os 25 fotógrafos não foram selecionados por nós, mas por eles próprios. Como desencadeadores desse processo, nós anunciamos alguns critérios gerais para participar do projeto, que à primeira vista parecia muito desafiador para algumas pessoas. O principal informe foi que não seria necessário nenhum conhecimento e/ou experiência prévia com fotografia - até porque, caso contrário, recrutaríamos não mais do que umas duas pessoas. Anunciamos também que os participantes deveriam ter

mais de 25 anos, assim como dissemos que buscávamos certo equilíbrio entre homens e mulheres. Esse último pronunciamento merece uma breve nota. Conforme se descobriu durante o desenrolar do projeto, nossa proposta de selecionar participantes dessa forma - pela opção metodológica de comparar a percepção das mulheres e dos homens sobre mudanças ambientais acirrou conflitos internos sobre papéis de gênero e poderes assimétricos locais. Conforme observação da Joana, ao final do projeto, ficou claro que boa parte das fotógrafas foram escolhidas por dois “homens grandes” (homens mais velhos e com poder local) de forma impositiva. Não houve consulta mútua, mas sim uma determinação interna masculina (entre mais velhos e/ou mais poderosos) de quem deveria ou não participar do projeto! O princípio participativo e democrático que rege esta metodologia participativa foi de certo modo conflitante com algumas normas culturais locais que tendem a desencorajar o voluntariado (talvez por ser visto como intrusão e ameaça à coesão da comunidade), tal como a Joana observou também noutras circunstâncias relacionada com a constituição de comites para a gestão do parque nacional.

Um conjunto de preocupações teórico-metodológicas, previamente discutidas durante o tempo em Bissau, ressurgiu. Além do processo de recrutamento de participantes, havia a constante necessidade de “traduzir” os objetivos do projeto para outra cultura, sem criar novas barreiras e expectativas para eles e para nós. O mais difícil talvez fosse: Como explicar os objetivos da pesquisa sem nos tornarmos reféns de nossos próprios conceitos previamente estabelecidos? Nesse ponto, alguém pode estar pensando que, assim como a casa construída pela ONG para o projeto das mulheres, e nossa própria opção metodológica de “impor” a divisão entre gêneros podem ser lidos como preconceitos da nossa própria cultura (forma de etnocentrismo). Sim, em certa medida, não deixam de ser, mas funciona boa parte do tempo para nós, por isso optamos por eles, pensamos e operamos por meio deles. Se não utilizássemos essas categorias (alegorias talvez), em primeiro lugar, não seríamos capazes de ver as categorias do “outro”, que por essência somente podem ser percebidas por meio desse contraste, desse afastamento. Algumas vezes esse choque de epistemologias pode e deve ser evitado, em outros casos é o próprio choque que releva o “dado” escondido, o inusitado, as nuances e sutilezas das múltiplas experiências culturais humanas.

A mesma pergunta que fiz no parágrafo anterior poderia ser feita aplicada ao objetivo central do projeto. Ou seja, como investigar noções locais sobre mudanças ambientais sem impor nossas próprias categorias de análise, nossa linguagem e visões de mundo? Por exemplo, como um pesquisador poderia avaliar o entendimento de outras pessoas sobre paisagem sem mencionar a palavra paisagem? Qual seria o “equivalente” cultural dessa palavra, dessa ideia? Será que ele existiria? Como dizer abertamente aos fotógrafos que o que gostaríamos deles, como coparticipantes da pesquisa/como co-investigadores/co-pesquisadores, era saber o que eles mesmos conheciam e entendiam sobre mudanças ambientais, sem, no entanto, provocar respostas “induzidas” por termos mencionado esses termos?

Para solucionar em parte esse problema, optamos por solicitar aos fotógrafos que registrassem com suas câmeras as mudanças mais significativas nas suas casas, na tabanca e na região como um todo. Percebamos, não pedimos que registrassem marcas do passado e evidências do presente sobre mudanças ambientais. Falamos apenas em mudanças importantes, de qualquer natureza. A casa, a tabanca e a região, corresponderiam mais ou menos a nossa noção acadêmica ocidental de escalas (*a priori*, nesse novo contexto cultural): local (do lugar, incluindo a casa e a comunidade) e regional (correspondente à paisagem). Assim, acreditávamos, poderíamos captar melhor quaisquer alterações/mudanças ambientais (climáticas, de uso da terra etc.), econômicas, culturais e assim por diante. Perceberíamos, mesmo que em parte, a taxonomia dos eventos mais importantes e a partir disso classificariamos esse esquema de coisas contrastando-o com o nosso. Imaginávamos que seríamos capazes de até mesmo julgar quais eventos teriam sido predominantemente positivos e quais teriam sido mais negativos.

Com os grupos de fotógrafos já treinados para manuseio básico das suas máquinas, cabia agora a cada um deles fazer livremente fotografias do seu dia a dia, do seu cotidiano, buscando retratar alterações significativas para suas vidas individuais, suas casas, famílias, sua comunidade e a região como um todo (o que poderia logicamente incluir outras tabancas, os matos, a bolanha dentre outros).

Para resumir uma longa história, estabelecemos uma rotina de coleta de dados - parte do “protocolo” geralmente estabelecido por outras análises baseadas no Photovoice. Basicamente, a cada dois dias os fotógrafos sozinhos ou em grupos

vinham até a casa para fazer o *download* das suas fotos no laptop do projeto. Fazíamos *backup* e organizávamos os arquivos em pastas individuais. Após descarregarem as fotos e organizá-las – processo esse feito na realidade pelo fotógrafo português da equipe, pessoa fundamental também no processo de treinamento dos fotógrafos locais, iniciávamos o objetivo central desse processo. Ou seja, recolher as narrativas dos fotógrafos. Isso era feito com um gravador digital e por meio das nossas próprias anotações das interações, dos movimentos, do clima, de tudo que interpretássemos como relevante para a posterior análise dessas narrativas. Muito além da descrição das fotos, buscávamos as histórias de vida, das casas, da tabanca, os sentidos da vida, as motivações que os levaram a tirar aquelas fotos, e de importância fundamental ao projeto, as percepções e entendimentos locais sobre mudanças ambientais. De tempos em tempos, os fotógrafos eram convocados para uma reunião/apresentação de suas produções artísticas. Em outras palavras, eram convidados para expor ao público (todos os outros fotógrafos e quem mais quisesse assistir) o seu trabalho. Em geral pedíamos que mostrassem e explicassem as histórias de apenas algumas das fotos, as suas duas fotos favoritas. Eram momentos muito especiais para a maioria dos fotógrafos e para a audiência na tabanca, seja por uma certa dose de tensão e novidade ou por uma alegria contagiante de mostrar um pouco de si mesmo, de sua história e seu entendimento sobre certas coisas. Era acima de tudo, um momento de expressão cultural e artística, assim como não menos um processo histórico-político, de contextualização dos problemas, de afirmação e contestação. Esperávamos a noite chegar para então iniciarmos as apresentações. A parede branca de cal pintada no mutirão, pelo lado de fora da casa servia como tela de projeção. A frente da casa, próximo da parede, montamos nosso arsenal tecnológico, que jamais deixou de chamar atenção, com laptop e projetor, gravador profissional de som e filmadora, dentre outros. Virados para a casa, próximos da árvore, sentava uma grande quantidade de gente, não apenas os 25 fotógrafos, mas diversas pessoas, principalmente da etnia Nalu (da própria tabanca de Cafal) e Balanta, em especial crianças e jovens. Para esses últimos, o “clima” de cinema parecia irresistível.

Cabe ressaltar aqui que todo esse processo de coleta de dados de forma participativa durou algumas semanas e 4 meses ao todo. O clímax do projeto foi a

apresentação final de todo o trabalho de investigação dos fotógrafos à tabanca e comunidades vizinhas através de uma “cerimonia de encerramento” organizada pelos fotógrafos. A tabanca, por uma noite, transformou-se em hotel, recebendo amigos e familiares da região toda, assim como decisores políticos locais e vários régulos. Com a ajuda de um DJ, a projecção fez-se na parede da discoteca local, e cada fotógrafo, com orgulho e muito à-vontade, explicou sua fotografia favorita frente uma audiência de trezentas pessoas. Naquilo que acabou sendo mais uma “camada” de dados colectados, foi interessante observar a intensidade com que a audiência, nessa noite e nos dias seguintes, reagiu com comentários e elogios as histórias e/ou fotos mais fortes para eles, adicionando ainda mais informação as narrativas dos fotógrafos e exprimindo seu orgulho por ter artistas e investigadores como eles na comunidade.

Além dessa abordagem, como já mencionado, entrevistas foram realizadas com pessoas chave, como os homens grandes das duas etnias Nalu e Balanta, líderes nas suas comunidades e bairros; homens e mulheres grandes especialmente conhecedores de alguns assuntos; e outros. No momento em que escrevo esse relato, ainda não realizamos a análise final dos dados, que ainda dependem em boa parte de tradução e transcrição. Portanto, mesmo que tudo que venho relatando até aqui seja em grande medida uma mistura de métodos, procedimentos e resultados, não esperamos nesse relato trazer nenhuma análise conclusiva sobre as percepções ambientais na tabanca de Cafal, muito menos extrair generalizações sobre o pensamento dos Nalus e Balantas no que se refere às mudanças ambientais. Uma das várias razões para isso é que esse relato contém apenas parte do processo de campo (fieldwork). Como disse anteriormente, o projeto se iniciou antes da minha chegada e continuou para muito além da minha partida. No entanto, podemos como estou buscando, delinear algumas das principais questões e indicações que essa experiência tem trazido até o momento.

Na parte que segue, focarei em uma parte da pesquisa na qual pude participar ativamente durante as duas últimas semanas da minha estadia em Cafal. Finalizo meu relato com essa experiência, dentre outros motivos, por acreditar que boa parte dos leitores estejam minimamente familiarizado, e possivelmente, interessados nesse processo, na literatura especializada, é chamado de mapeamento partici-

pativo. A novidade dessa nossa abordagem foi a tentativa de adicionar ao Photovoice a noção de multiescalaridade, introduzindo deliberadamente a escala da paisagem. Em outros termos, utilizamos fotografias aéreas por nós delimitadas a partir de imagens gratuitas do Google Earth (2013) para obter narrativas e aprofundar o entendimento da percepção espacial, e conseqüentemente de mudanças ambientais dos fotógrafos.

Como assim? Para ser mais direto e específico, percebemos que a noção de paisagem, no sentido de percepção de elementos físico-naturais e da presença humana em vastas áreas semi-uniformes, “até onde a visão pode alcançar”, não aparecia nas narrativas e/ou nas fotografias tiradas por homens e mulheres, Nalus e Balantas. O que me ocorreu foi que isso seria o esperado por algumas razões. A primeira de ordem física. Não há elevação significativa no terreno (montanhas, colinas ou penhascos), portanto era de se esperar que para os agricultores Nalus e Balantas não haveria a possibilidade de obterem visão panorâmica de quase nada, com exceção das bolanhas - por serem áreas abertas no manguezal, o que proporciona alguma visão de longa distância. Nesse sentido, a formação de mapas mentais, interpretados pela distribuição dos elementos da paisagem, da sua dimensão espacial, das relações e da distância entre esses elementos pareciam ser derivadas quase que exclusivamente da percepção gerada na escala local, na escala do vivido. A outra razão, confirmada durante o processo de mapeamento participativo, foi que com exceção de dois dos 10 participantes (homens mais ou menos entre 25-60 anos), ninguém parecia jamais ter visto um mapa e muito menos uma fotografia aérea.

Apesar de também questionável, assim como no caso da escolha de homens em mulheres já relatada, decidimos convocar homens e mulheres, Nalus e Balantas para participar da atividade que irei descrever a seguir. Dessa vez dividimos os participantes em grupos de homens e de mulheres que participariam do mapeamento em dias diferentes. A ideia era estabelecer um desenho de pesquisa que mais ou menos facilitasse a comparação entre as visões de homens e mulheres sem influências mútuas. Pessoalmente, eu tinha, vamos assim dizer, uma hipótese (apesar de não muito claramente definida) de que as mulheres demonstrariam uma percepção mais detalhada do lugar, do espaço na escala local, enquanto que os homens ten-

deriam a mostrar maior domínio sobre o que considerávamos ser a paisagem como um todo. Uma das razões para que eu pensasse assim era o fato de as mulheres e os homens dessas etnias passam uma boa parte do ano envolvidos nos trabalhos pesados do cultivo de arroz em bolanhas. Porém, desempenhando trabalhos bastante distintos e definidos. No entanto, após uma maior imersão nessa cultura, percebi, e fui informado pela própria Joana de que na realidade minha hipótese poderia não se sustentar, uma vez que as mulheres, apesar de desempenharem papéis distintos, e serem responsáveis pelo cultivo do arroz, eram também exímias comerciantes, levando frutas e outras mercadorias por enormes distâncias (localizando-se na paisagem, provavelmente, com base em seus mapas mentais de rios e riachos), talvez maiores do que a percorrida por muitos homens no seu cotidiano. Isso, por si só, poderia mudar em muito sua percepção do espaço.

Como mencionei, são as mulheres é que plantam e colhem o arroz, são elas também que pescam pequenos peixes dentro dos canais de irrigação nos períodos de safra e entre safra. São elas também quem debulham o arroz e quem distribuem os sacos para as outras famílias. Mas são os homens quem abrem (desmatam) e mantem os canais de irrigação e os pequenos “platôs” – os diques, ou *ouriques* em Kriol - que separam as linhas de plantação. São eles também quem gerenciam e monitoram o uso da água nesses canais, assim como quem guardam e delimitam as fronteiras entre parcelas da mesma bolanha que possuem diferentes donos (*cordas*). A complexidade e sofisticação da técnica envolvida na construção e manutenção dos canais de irrigação fogem a qualquer explicação que eu possa tentar oferecer aqui. Pois ainda penso até hoje como aquilo tudo funciona e não compreendo bem.

Por meio da construção e diques de cintura e canais secundários, os homens exercem um controle da água da chuva, das cheias e vazantes de maré, a fertilização natural da bolanha, o controle de pragas e de acidificação do solo através da entrada de água salgada, e principalmente, a retirada de sal do solo lamacento do manguezal para o subsequente e permanente plantio do arroz. As bolanhas da região do nosso estudo têm sido cultivadas incessantemente dessa maneira há cerca de 80 anos, e ainda se mantem altamente produtivas. O cultivo de arroz em manguezal é um trabalho artesanal absolutamente incrível. Todo o sistema de canais é

construído e mantido com o uso de uma única ferramenta manual, essa ferramenta se parece com um remo de “caiaque”, com uma única pá na extremidade de um longo cabo de madeira. Não há ajuda de tração animal ou de qualquer outro tipo de fonte de energia que não seja humana, além da energia da própria água, movimentada pela força das chuvas e das marés.

Os conhecimentos práticos e habilidades necessárias para o seu bom funcionamento ainda são alvo de estudos acadêmico-científicos. A profundidade da relação entre essas pessoas e as bolanhas logo nos chamou atenção como sendo uma das possíveis portas de entrada para entender melhor como esses agricultores percebiam mudanças ambientais. Por esses motivos, o mapeamento participativo com homens e mulheres focou na paisagem formada principalmente pelas bolanhas, ecossistemas associados e tabancas entremeadas nessa paisagem.

Inicialmente reunimos os homens embaixo da árvore que ficava na frente da nossa casa. Conseguimos contatar os homens grandes Nalus, os nossos hospedes por serem os “donos do chão”. A ideia era atrair homens que não estivessem envolvidos com as outras fases do projeto. Ou seja, buscar algumas pessoas que não haviam sido selecionadas para serem fotógrafos. A atividade consistiu basicamente em pedir aos homens que desenhassem no chão de areia a bolanha. Um detalhe corriqueiro logo apareceu. Em geral, há grande respeito à autoridade e a idade. Uma vez que o homem mais velho começou a desenhar o mapa da bolanha mais ninguém participou ou opinou. Mais uma vez, vimos aqui um desafio a ética participativa das metodologias de investigação participativas. O nosso objectivo inicial, claro, era uma atividade interativa onde todos contribuíssem para a formação de um único desenho.

Passo a passo a bolanha foi sendo marcada no chão. A tarefa não foi fácil. Parecia um desafio para muitos, pois era a primeira vez que aqueles homens precisaram representar graficamente o espaço vivido e delimitar os elementos da paisagem natural-cultural que seus ancestrais e eles mesmos ajudaram a construir. Havia muita dúvida inicial sobre como começar, sobre a dimensão e proporção de rios, matas, sobre a posição exata das tabancas, dentre outros aspetos. Havia também uma nítida preocupação em contar a história da bolanha, sua origem, seus limites, seus donos, sua forma de manejo com foco no papel da construção de ca-

nais. Muito importante notar que foi um dos homens, digamos, mais “ocidentalizado” quem liderou o processo de mapeamento no chão. Esse, diferente dos outros, já conhecia mapas oficiais, o que fez toda a diferença. Isso foi tão marcante que tivemos que pedir que ele ficasse mais quieto na próxima etapa, uma vez que já sabia todos os segredos!

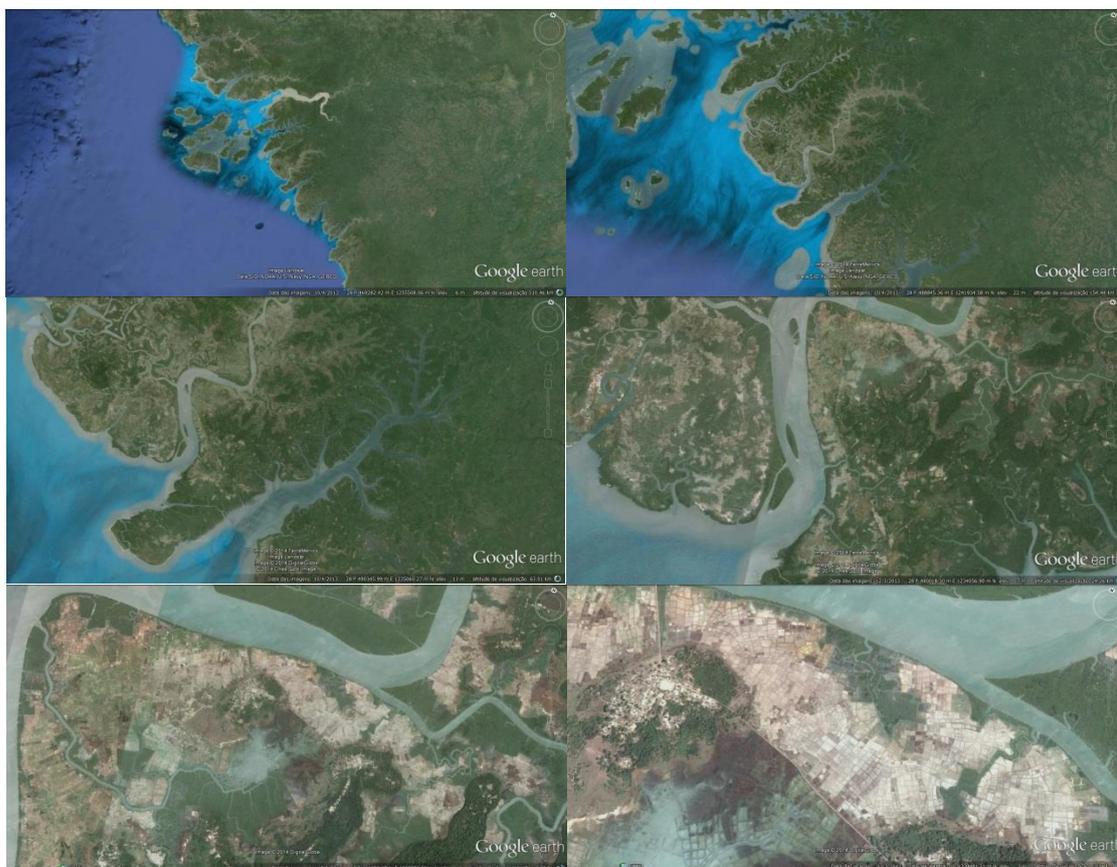
Depois dessa etapa, entramos na cozinha, como já sabemos, onde ficava nossa “sala de aula interativa”. Lá havíamos montado o seguinte esquema. Fixamos uma cartolina branca na parede onde seria projetada uma série de fotografias aéreas (todas sem nenhuma informação cartográfica), indo de recortes espaciais que enquadravam todo o país até a bolanha (figura 1).



**Figura 1:** A cena da “cozinha” mostra parte do processo de mapeamento com as mulheres observando as imagens projetadas na cartolina branca – Os equipamentos e a metodologia foram os mesmos utilizados com os homens.

Era um total de oito imagens obtidas do Google Earth (figura 2). Iniciei a atividade mostrando a fotografia que cobria boa parte da Guiné-Bissau, mostrando suas dezenas de ilhas paradisíacas (o que não quer dizer, não povoadas, pelo contrário). Essa mesma cena mostrava com nitidez a zona estuarina entrecortada e rica em manguezais. Logo fiz a pergunta, traduzida pelo nosso intérprete: “O que os senhores estão vendo?” Passaram-se alguns minutos, uns quatro talvez, e nada,

nenhuma tentativa de resposta. Então, rapidamente, mudei a estratégia. Dessa vez, tentei ir provocando, mas sem dizer, que haviam coisas diferentes ali naquela fotografia. Existiam cores, formas. Percebam, que até então, ninguém sabia distinguir exatamente aquilo que viam sobre a cartolina, com exceção do homem mencionado anteriormente, educado formalmente e um dos nossos fotógrafos. Na medida em que eu dizia que havia coisas distinguíveis, que nem tudo era a mesma coisa, o mais jovem de todos percebeu que havia uma ilha – havia dezenas. Pronto, achava eu, agora iria fluir, iriam descobrir tudo! Ledo engano. Continuaram balbuciando com muita dúvida. Mas o processo foi caminhando. Começaram a identificar as coisas grandes, maiores, por assim dizer. O mar, o continente, mas tudo de certa forma com minha provocação. Foi incrível perceber mais uma vez na vida, de forma bem concreta, que quase tudo que temos como um “dado” natural é na realidade uma construção cultural, que depende de um aprendizado específico prévio, de uma socialização. Pensei comigo, de fato, um deficiente visual que nunca viu cores, não pode imaginá-las.





**Figura:** Série de fotografias aéreas utilizadas durante o mapeamento participativo – Obtidas do Google Earth em 2013.

Na realidade, somente após eu apontar para um mapa de Guiné-Bissau, que ficava afixado na parede da cozinha que tudo começou a fazer sentido. As formas agora se encaixavam com a fotografia. Projetamos a próxima fotografia e assim por diante. Poucos novos elementos surgiam dentro do esquema visual de classificação dos participantes. Na última fotografia, que mostrava nitidamente a bolanha onde todos ali trabalhavam a história começou a mudar, mas não rapidamente. Essa fotografia aérea na escala 1:8000 e com resolução de pixel de aproximadamente de 1 metro mostrava até a copa de certas árvores. Ou seja, melhor do que isso não dava para ficar (figura 3).



**Figura 3:** Mostra o início do trabalho (das mulheres) no esforço de delimitação das classes de uso e cobertura do solo com base na fotografia que melhor representava a bolanha.

Mesmo com a bolanha muito nítida, contrastando com os outros elementos da paisagem, como as florestas e manguezais, os observadores ficaram por algum

tempo apenas olhando e olhando. Não sei o que se passava nas cabeças dos homens ali presentes. Imaginei de tudo. Será que esse tipo de vergonha de adulto, vergonha de errar é universal? Será que simplesmente admiravam a beleza da imagem? Ou será que nada perceberam apesar de estarem vendo as mesmas coisas que nós? Há mais de 100 anos, Franz Boas, fundador da Antropologia nos Estados Unidos demonstrou que não escutamos fonemas que não fazem parte do nosso repertório linguístico-fonético. Será que é isso que acontece com a visão nesses casos de encontros interculturais?

Continuei ajudando os homens a irem identificando objetos, feições mais grosseiras, sem jamais dizer o que poderia ser. Lembrei, apenas, por exemplo, que certas cores da imagem eram as cores reais de objetos vistos mais de perto. De repente, como num insight notaram que a imagem possuía rios, matas, e finalmente a bolanha. Bastou um primeiro elemento ser identificado para que uma avalanche de classificações desse início. Era notável a felicidade e o orgulho em identificar lugar marcados por histórias pessoais, pelo trabalho e pela cultura como um todo.

Não foi fácil conduzi-los, levá-los sutilmente a reconhecer seu próprio território, sem interferir demasiadamente no processo de descoberta alheia. Com a imagem final da bolanha projetada, pedi para os participantes marcarem com giz de cera colorido todos os objetos que perceberam, fazendo como especialistas em sistemas de informação geográfica costumam fazer: marcar os polígonos que delimitam cada objeto e criar uma legenda que os coloque dentro de um grupo de objetos similares. Assim, a cartolina foi tomando forma, cor e significado. De quando em vez, apagávamos a projeção para checar o resultado no papel.

Durante o processo, uma das questões que mais chamou a atenção, levantada por eles mesmos, foi visão da parte da bolanha que permanecia destruída, de baixo de água, deixando 8 em 10 famílias de Cafal com rendimentos reduzidíssimos, afectando sua segurança alimentar. Em 2011, um evento de maré alta extremo levou ao rompimento do dique de cintura que protegia a bolanha da força da maré. É preciso mencionar aqui que esse tema/problema foi recorrente nas entrevistas individuais com homens grandes de outras tabancas, assim como nos grupos focais e nas narrativas de alguns fotógrafos. Durante o mapeamento, essa preocupação ressurgiu com força total. Os homens perceberam que na fotografia podiam ver a

dimensão do estrago. A cor e textura da parte da bolanha alagada era completamente distinta da parte da bolanha em utilização. Era uma parte da imagem em que apareciam nitidamente as “cordas” e parcelas da bolanha, mas em contraste com a bolanha produtiva do outro lado da estrada (que actuou como dique protector do resto da bolanha durante o evento), esta parte da imagem era verde-azul – da cor da agua que periodicamente, ao sabor das marés, invade a bolanha destruída. Para muitos participantes, foi um momento emocionante identificar não só a bolanha submergida, mas também o exato ponto de ruptura do dique de cintura. Alguns fotógrafos, através de uma “visita de estudo” à bolanha estragada organizada por um dos fotógrafos, pela primeira vez tiveram uma visão exacta desse ponto de ruptura do dique, evento que tanto traumatiza ainda a maioria das famílias de Cafal. Os homens, em função disso, criaram uma classe que chamaram de bolanha estragada, divisão que as mulheres não fizeram no seu mapeamento (figuras 4 e 5).

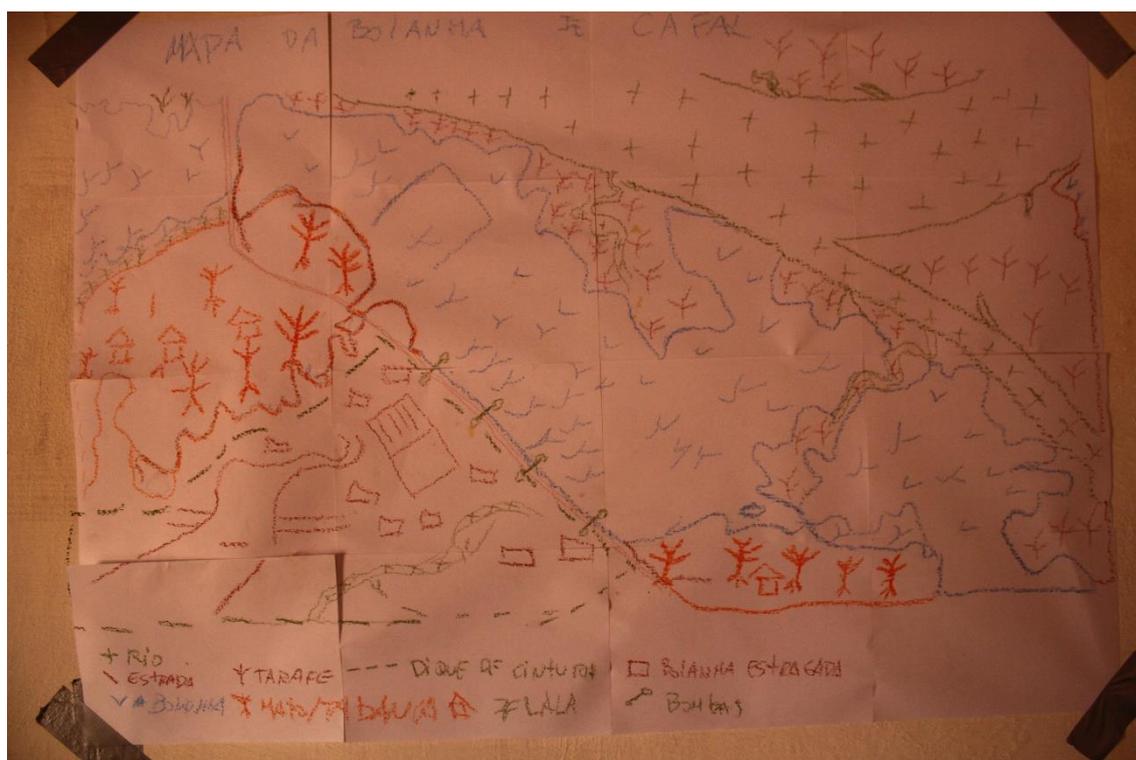
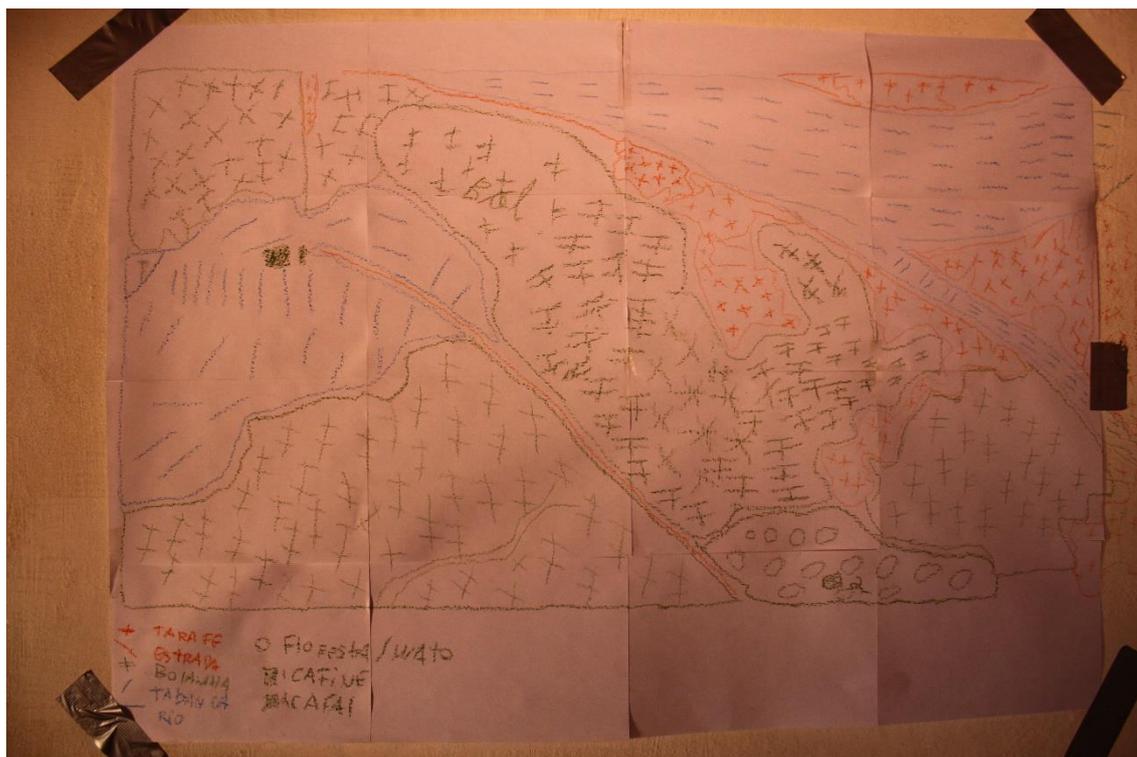


Figura 4: Mapa final dos homens, mostrando a bolanha estragada e a não separação entre mato/tabanca.



**Figura 5: Mapa final das mulheres, mostrando a separação entre as classes floresta/mato e as tabancas de Cafine e de Cafal – Percebe-se, como mencionado no texto, que elas não separaram bolanha estragada da bolanha em funcionamento.**

A construção do mapa participativo, como já foi mencionado em outros estudos, serviu como forma de ampliar conhecimentos locais, e acima de tudo, de refinar reivindicações e ampliar discussões políticas internas sobre o destino da bolanha, as formas de recuperação ou não. Enfim, repensar se não seria o caso de estabelecerem novas regras de governança e busca de parcerias institucionais com pessoas e entidades nacionais e internacionais. Alguns imaginavam que nós mesmos poderíamos ser canais para se chegar à fonte de ajuda e financiamento externo, em particular para a reconstrução do dique de cintura, cuja destruição localizada foi tao profunda que só máquinas poderiam ajudar a recuperá-lo. Por um lado, o exercício fortaleceu o grupo, no sentido de trazer à tona os problemas que devem ser enfrentados com urgência e os modos de como fazê-lo. Por outro lado, acirrou disputas internas. Percebemos que o processo todo deu voz aos jovens que não teriam poder de serem ao menos ouvidos em outros contextos. Esses jovens utilizaram o canal da “modernidade em nós” para trilhar novos caminhos num campo de disputa e de busca por espaço político dentro da comunidade.

Não será necessário descrever com mais detalhes o que foi feito na oficina de mapeamento com as mulheres, uma vez que seguimos basicamente os mesmos passos metodológicos adotados junto aos homens. No entanto, gostaria apenas de destacar que a forma de trabalhar e o resultado final dos mapas, e diria, o seu significado, foram um tanto distintos dos homens, como era de se esperar. Como veremos, os detalhes e sutilezas do mapa desenhado no chão pelas mulheres foi superior ao dos homens, além de ser bastante autêntico.

Em primeiro lugar, o que as mulheres delineararam no chão não foi um mapa em si, mas sim uma representação tridimensional de parte do conjunto de suas percepções espaciais. As mulheres acabaram fazendo uma espécie de maquete da paisagem. Na medida em que discutiam entre si, tomavam decisões sobre o que mostrar como e onde representar, lançavam mão de objetos que estavam ao seu alcance imediato, como gravetos, pedaços de folhas cortadas, dentre outros. As pequenas palhas simbolizavam as duas variedades de arroz, as folhas verdes miúdas indicavam áreas de floresta e assim por diante. Como no caso dos homens, as representações espaciais das mulheres alinhavam-se aos papéis de gênero, especialmente a participação das mulheres no cultivo e colheita do arroz na bolanha.

De volta a cozinha, durante o exercício de mapeamento sobre nova folha de cartolina, mais uma vez, as diferenças entre os dois grupos, na forma de entender e representar o espaço foram significativas. Rapidamente, as mulheres perceberam que se tratava de uma fotografia aérea, na verdade logo na primeira fotografia disseram que o que observavam era um mapa. Não sabemos explicar esse fato. É mais plausível supor que conhecimentos prévios de algumas mulheres tenham possibilitado essa percepção mais rápida, digamos assim, e não porque exista, a priori, algum tipo de separação cognitiva entre a capacidade de homens e mulheres distinguirem objetos em fotografias aéreas (como parecem erroneamente sugerir adeptos da sociobiologia e da psicologia evolutiva). Nesse sentido, não podemos descartar que durante o mapeamento entre os homens parecia haver certa espera pelo pronunciamento dos homens grandes (os mais velhos). A explicação mais convincente, no entanto, parecer ser menos teórica. Na realidade o “silêncio” parecia ser uma mistura de fome (o processo demorou e passou da hora do almoço), a falta de paciência, e, sobretudo, o fato de que eles estavam acostumaram-se a aceitar o homem

branco dominando certos tipos de conhecimento. Em certo sentido, esses homens foram habituados comportarem-se de forma mais passiva nesses contextos.

O resultado final do mapeamento das mulheres, com base nas fotografias aéreas, independentemente de qualquer explicação que venhamos oferecer foi surpreendente. Uma das diferenças notáveis foram as classes de uso e cobertura do solo identificadas. Elas criaram um número maior de classes para a última fotografia. As mulheres mostraram uma tendência a separar elementos da paisagem com base em seus usos, enquanto que os homens os definiam mais predominantemente com base na cobertura. Por exemplo, elas colocaram moradias (casas mais isoladas e tabancas inteiras) em uma classe separada das zonas adjacentes cobertas por vegetação. Os homens criaram uma classe onde agruparam os “matos escuros” (florestas secundárias adjacentes aos quintais) e as casas.

Cabe brevemente destacar, que nem os homens nem as mulheres demarcaram áreas de “mato claro” (florestas mais antigas e maduras) das áreas de “matos escuros” (floresta secundária). Uma das razões é a dificuldade em si de separabilidade dessas classes com base em classificação visual. A outra pode ser atribuída ao fato de que muitas das áreas de “mato claro” são também parte dos matos sagrados, portanto, áreas que mesmo que todos soubessem onde estavam localizadas, não poderiam ser reveladas para nós, pessoas de fora e não iniciados nas práticas espirituais-ritualísticas locais. Por meio dessas práticas, os locais acreditam receber permissão dos verdadeiros donos do chão, entidades espirituais que controlam o acesso e os direitos de uso sobre os recursos locais, além, é claro, do poder político exercido pelos homens grandes, pelas ONGs, pelo governo central do país, dentre outros.

A separação proposta pelas mulheres é mais difícil de fazer, pois as tabancas em geral estão encravadas em áreas contínuas de vegetação. Nos quintais, ou seja, nas proximidades das moranças (casas), na parte de traz e do lado de fora, é onde ficam os fogões de pedra, cobertos por uma pequena tenda de madeira e palha de pequena altura (as mulheres ficam agachadas enquanto preparam alimentos nessas cozinhas nativas). Nessas áreas estão localizados os locais de banhos e os banheiros. Em zonas próximas existem o que chamam de “lugares”, que são áreas de cultivo variadas para subsistência. O fato é que vendo uma fotografia aérea fica quase

impossível distinguir esses quintais, “lugares” e as matas adjacentes. Trata-se de um contínuo, um gradiente, uma zona de transição, ou um ecótopo antropogênico, se preferir. Nessas matas adjacentes os locais obtêm, por exemplo, o óleo de *chebem* – extraído da fruta de uma palmeira nativa (*Elaeis guineensis*), fundamental para a sobrevivência desses grupos por fornecer uma série de produtos não madeiros como o óleo (usado diariamente na culinária) e o delicioso vinho de palma.

Enfim, muitas foram as descobertas (nossas, deles e delas) durante o processo de mapeamento (como parte integrante do Photovoice) aqui descrito brevemente. Após minha saída de campo, como já foi falado, o projeto continuou. Joana relatou que nesse período alguns desdobramentos do mapeamento surgiram quase que espontaneamente. O mais curioso, que também mereceria uma análise mais aprofundada, foi a percepção pós confecção dos mapas de homens que não participaram dessa fase do projeto. Ao final do mapeamento, penduramos na parede os dois mapas finais, ou seja, o das mulheres e o dos homens. Joana relatou que para seu espanto (o que provocou risadas em mim e nela também) que homens apontavam para o mapa das mulheres como se aquele fosse o trabalho dos homens. A razão (digamos, machista) alguém pode suspeitar: Os detalhes, o colorido, a beleza e o cuidado representados no mapa das mulheres eram visivelmente maior, o que levou muitos homens a acharem que aquele com certeza era trabalho de seus “semelhantes”, porque as mulheres são incapazes de trabalho de tal qualidade.

Muito ainda poderia ser dito, analisado e refletido sobre essa viagem. Porém, termino aqui o relato dessa aventura de um antropólogo-biólogo (com coração de geógrafo) no interior de um país único e fantástico chamado Guiné-Bissau. Apesar da linguagem um pouco mais coloquial do que aquela com a qual estamos acostumados em publicações acadêmicas, espero não ter obstruído a comunicação, pelo contrário espero ter transmitido (mesmo que parcialmente), em especial aos novatos em pesquisas de campo, um pouco das dificuldades, dos riscos, das negociações, das táticas, dos imprevistos envolvidos em pesquisas dessa natureza. Busquei, sobretudo, trazer experiências concretas sobre problemas práticos e teóricos que encontramos ao longo desse tipo de pesquisas, destacando quando possível, os bastidores dessa empreitada, assim como enfatizando os princípios éticos básicos que acredito deveriam nortear pesquisas envolvendo seres humanos. Em conclu-

são, se por ventura, o presente relato puder ajudar, inspirando outros aventureiros na descoberta de novos olhares e caminhos da pesquisa socioambiental, grande parte do motivo principal que me levou a compartilhar essa experiência terá sido atingido.

### **Agradecimentos**

O projeto exploratório “Impacto das alterações climáticas: um estudo com fotografia participativa no Parque Nacional de Cantanhez – República da Guiné-Bissau”; EXPL/IVC-ANT/1709/2012 foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Portugal.

Agradecemos toda a comunidade de Cafal, que nos acolheu calorosamente, colaborando decisivamente para o sucesso do projeto. Agradecemos aos *Grandes* de Cafal (Nalus e Balantas) por apoiarem o projeto e a toda equipe, assim como todos os nossos coinvestigadores locais, em especial ao Zeca Dju pela sua assistência incansável. Agradecemos também o apoio institucional do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP) que autorizou este estudo dentro do Parque Nacional de Cantanhez.

Gostaríamos de agradecer o Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC RIO e seu diretor, o Dr. Augusto César Pinheiro, por apoiar o meu afastamento para pesquisas de campo durante parte do primeiro semestre letivo de 2013. Especiais agradecimentos aos professores Alexandro Solórzano e Rogério Ribeiro de Oliveira por me substituírem em sala de aula. Finalmente, agradecemos imensamente ao professor João Rua pelo constante incentivo e pela ideia de escrever esse relato.

Recebido em abril de 2014;  
aceito em maio de 2014.

\*Nota de Rodrigo Penna Firme: Apesar de tratar-se de um relato pessoal, escrito em primeira pessoa, refletindo predominantemente minhas interpretações e experiências durante a estadia em Gui-

## Rodrigo Penna Firme; Joana R. de Pinho

né-Bissau, Dr. Joana Roque de Pinho colaborou diretamente como coordenadora geral do projeto e por meio da execução do trabalho de campo em si, assim como pelas constantes conversas que me inspiraram e ajudaram a maturar algumas das ideias aqui apresentadas. A primeira parte desse relato baseia-se quase que inteiramente em uma síntese de conversas mantidas por e-mail entre nós dois. Joana gentilmente cedeu e editou toda parte que apresento como suas respostas às minhas perguntas, além de revisar o texto todo. Merece destaque sua colaboração no aperfeiçoamento e correção de fatos históricos e detalhes etnográficos que, se porventura ainda permanecem um pouco distorcidos ou estereotipados, são de minha inteira responsabilidade.